



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 16327.002213/2001-12
Recurso nº : 127.779
Acórdão nº : 203-10.253

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Segundo Conselho de Contribuintes
Publicado no Diário Oficial da União
De 26/01/05

VISTO

2º CC-MF
Fl.

Recorrente : **MATRIX INVESTIMENTO S/A (SUCESSORA DO BANCO MATRIX S/A)**
Recorrida : **DRJ-I em São Paulo - SP**

NORMAS PROCESSUAIS. OPÇÃO PELA VIA JUDICIAL.
A opção pela via judicial impede o conhecimento da matéria pelas instâncias de julgamento administrativo.

PIS. JUROS DE MORA. Embora a exigibilidade do crédito tributário esteja suspensa por força de decisão judicial, o lançamento dos juros de mora somente poderá ser ilidida pelo depósito integral do débito.

Recurso não conhecido em parte, face à opção pela via judicial e negado na parte conhecida.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: **MATRIX INVESTIMENTO S/A (SUCESSORA DO BANCO MATRIX S/A).**

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por **unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, em parte, face à opção pela via judicial; e na parte conhecida, em negar provimento.**

Sala das Sessões, em 06 de julho de 2005.

Antonio Bezerra Neto
Presidente

Valterina Ludwig
Relator

MINISTÉRIO DA FAZENDA
2º Conselho de Contribuintes
CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, 03/10/05

VISTO

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Leonardo de Andrade Couto, Maria Teresa Martinez López, Emanuel Carlos Dantas de Assis, Cesar Piantavigna, Silvia de Brito Oliveira e Francisco Maurício R. de Albuquerque Silva.

Eaal/mdc



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF
FI.

Processo nº : 16327.002213/2001-12
Recurso nº : 127.779
Acórdão nº : 203-10.253

03/10/05
VISÃO

Recorrente : **MATRIX INVESTIMENTO S/A (SUCESSORA DO BANCO MATRIX S/A)**

RELATÓRIO

Contra a interessada foi lavrado auto de infração no valor de R\$ 8.998.225,30, por falta de recolhimento da contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, referente aos períodos de apuração de janeiro de 1996 a janeiro de 1999.

O crédito tributário foi constituído com a suspensão da exigibilidade por força de Medida Liminar concedida nos autos dos Processos nºs 96.0007042-3 da 4ª Vara Federal e 97.0062065-4 da 15ª Vara Federal (Art. 151, incisos II e IV do CTN).

Em sua impugnação apresentada tempestivamente, a contribuinte insurge-se tão-somente contra o lançamento de juros de mora, bem como contra seu cálculo com base na Taxa Selic.

A 8ª Turma de Julgamento da DRJ/São Paulo, julgou o lançamento procedente em decisão assim ementada:

"Ementa: JUROS DE MORA. TAXA SELIC.

O crédito não integralmente pago no vencimento é acrescido de juros de mora, seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis e da aplicação de quaisquer medidas de garantia previstas em lei tributária.

TAXA SELIC. APPLICABILIDADE.

A utilização da taxa SELIC para o cálculo dos juros de mora decorre de lei, sobre cuja aplicação não cabe aos órgãos do Poder Executivo deliberar".

Cientificada da decisão supra a contribuinte apresenta tempestivamente recurso voluntário dirigido a este Colegiado, reiterando suas razões de defesa já apresentadas na fase impugnatória.

É o relatório.

112



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF
Fl.

Processo nº : 16327.002213/2001-12
Recurso nº : 127.779
Acórdão nº : 203-10.253

Q3 40 05
CB

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR VALDEMAR LUDVIG

O Recurso é tempestivo e preenche todos os demais requisitos exigidos para sua admissibilidade, estando, portanto, apto a ser conhecido.

O mérito da matéria tributada nos autos se encontra em discussão no âmbito do Poder Judiciário. Fato este devidamente reconhecido pela própria recorrente, tanto é que seu insurgimento se restringe à cobrança dos juros de mora com base na taxa SELIC.

O fato de a exigência tributária estar com sua exigibilidade suspensa por decisão judicial não impede que o lançamento efetuado pela administração tributária, com o objetivo de prevenir a decadência contemple além do tributo os juros de mora. Somente o depósito integral do montante discutido é que ilide o lançamento dos referidos juros de mora.

Quanto ao cálculo dos juros de mora, estar calcado com base na taxa SELIC, aqui também não assiste razão à recorrente, uma vez que por força da legislação de regência que se encontra em vigor não há como afastá-la.

Por tudo exposto, voto no sentido de negar provimento ao recurso na parte conhecida, e não conhecer da matéria levada ao Poder Judiciário.

Sala das Sessões, em 06 de julho de 2005

VALDEMAR LUDVIG